

Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Ibaté-SP



Atividade 1 - Plano de Trabalho e de Mobilização Social

Contrato Administrativo nº 152/2016

9 de Junho de 2017







PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE IBATÉ-SP

PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL referente ao PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE IBATÉ-SP, objeto do contrato administrativo nº 152/2016 assinado entre contratante e contratada.

2017

III







APRESENTAÇÃO

A empresa Allevant – Engenharia e Consultoria – apresenta o planejamento do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Ibaté-SP, para subsidiar o objeto do contrato administrativo nº1522/2016, cuja autorização de serviço foi emitida em 19 de outubro de 2016, com duração de seis (6) meses.

Os produtos a serem desenvolvidos no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Ibaté apresentam-se a seguir, conforme o conteúdo mínimo indicado no Termo de Referência associado:

ATIVIDADE 1:	Plano de trabalho e plano de mobilização social.
ATIVIDADE 2:	Relatório do diagnóstico técnico-participativo.
ATIVIDADE 3:	Relatório da prospectiva e planejamento estratégico.
ATIVIDADE 4:	Relatório dos programas, projetos e ações para alcance do cenário de referência.
ATIVIDADE 5:	Plano de execução.
ATIVIDADE 6:	Minuta de projeto de lei do Plano Municipal de Saneamento Básico.
ATIVIDADE 7:	Elaboração do relatório final contendo o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Assim, o Plano de Trabalho visa esclarecer o entendimento do Termo de Referência, para que a contratante e a contratada apresentem o mesmo discernimento do objeto de contrato através da apresentação das atividades envolvidas nas etapas de trabalho.

Observação: Este relatório será entregue na Reunião inicial.





Abreviaturas e Símbolos

AP	-	Audiência Pública
GT	-	Grupo de Trabalho
PMSB	-	Plano Municipal de Saneamento Básico
PMS	-	Plano de Mobilização Social
PT	-	Plano de Trabalho
SEADE	-	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados





Lista de Figuras

Figura 1 - Pirâmide relacional do termo de referência e planos com o planejamento efetivo.....	14
Figura 2 – Fluxograma resumo das atividades do Plano Municipal de Saneamento Básico.....	17
Figura 3 - Fluxograma da Atividade 1: Elaboração do Plano de Mobilização Social	19
Figura 4 - Fluxograma da Atividade 2: Relatório Técnico-Participativo	20
Figura 5 - Fluxograma da Atividade 3: Relatório de Elaboração de Prospectiva e Planejamento Estratégico.....	25
Figura 6 - Fluxograma da Atividade 4: Relatório dos Programas, Projetos e Ações para Alcance do Cenário de Referência.....	26
Figura 7 – Elaboração do Plano de Execução	27
Figura 8 – Etapas finais da elaboração do PMSB	28
Figura 9 - Divisão de Ibaté em regiões de entrevista.....	48







Lista de Quadros

Quadro 1 - Cronograma dos produtos a serem entregues	28
Quadro 2 - Objetivos específicos do Plano de Mobilização Social	30
Quadro 3 - Dados para cadastro dos membros do Comitê de Coordenação.....	34
Quadro 4 - Cronograma proposto para participação social.....	37
Quadro 5 - Agenda da Primeira Audiência Pública	38
Quadro 6 - Agenda da Segunda Audiência Pública.....	39
Quadro 7: Agenda da Terceira Audiência Pública	40
Quadro 8: Especificação das atividades, infraestrutura necessária, prazos e responsáveis para cada evento	41
Quadro 9 - Universo amostral em relação à população. (Adaptado de H. Arkin e R. Colton, Tables for Statisticians)	47







Sumário

Apresentação	V
1 Introdução	13
2 Estrutura de Trabalho	14
2.1 Plano de Trabalho.....	14
2.2 Plano de Mobilização Social (PMS).....	15
3 Plano de Trabalho (PT).....	16
3.1 Fluxograma resumo das atividades do Plano Municipal de Saneamento Básico	16
3.2 Descrição das atividades	19
3.2.1 Atividade 1: Elaboração do Plano de Mobilização Social (PMS).....	19
3.2.2 Atividade 2: Relatório de Diagnóstico Técnico-Participativo	20
3.2.3 Atividade 3: Relatório de Elaboração de Prospectiva e Planejamento Estratégico..	25
3.2.4 Atividade 4: Relatório dos Programas, Projetos e Ações para Alcance do Cenário de Referência.....	26
3.2.5 Atividade 5: Relatório do Plano de Execução	27
3.2.6 Atividade 6: Plano Municipal de Saneamento Básico Preliminar	28
4 Plano de Mobilização Social (PMS)	29
4.1 Objetivos.....	29
4.1.1 Objetivos Gerais.....	29
4.1.2 Objetivos Específicos.....	30
4.2 Formação dos Comitês do PMSB.....	31
4.2.1 Processo de formação do Comitê	32
4.3 Formas de Participação Social.....	33
4.3.1 Comitê de Coordenação.....	33
4.3.2 Entrevistas	34
4.3.3 Canal Permanente de Comunicação	34
4.3.4 Consulta pública.....	34
4.3.5 Audiências públicas.....	35
4.3.6 Institucionalização do PMSB.....	36
4.4 Cronograma geral do plano de mobilização social.....	37





4.4.1	Especificação das atividades de Mobilização Social	37
4.4.2	Quadro resumo das atividades de Mobilização Social.....	41
4.5	Metodologia para Participação Social	44
4.5.1	Identificação dos atores sociais parceiros.....	44
4.5.2	Entrevista de Percepção Ambiental.....	45
4.5.3	Convocação para Reuniões	49
4.5.4	Seleção dos Locais, Datas e Horários	49
4.5.5	Estratégias de Comunicação e Divulgação	49
5	Referências bibliográficas	51
	Apêndices.....	53





1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é um instrumento exigido pela Lei 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento. Sua implantação permite planejar as ações do Município na direção da universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e também drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Este primeiro relatório é de suma importância para o bom andamento da elaboração do PMSB de Ibaté, pois cada etapa é detalhada e reforçada com a participação social. Uma vez que a elaboração do PMSB de Ibaté está prevista para ocorrer em 6 meses, é imprescindível que a sociedade consiga participar do processo para que a execução do PMSB se desenvolva com êxito ao longo dos quatro próximos anos até sua primeira revisão e ao longo do horizonte do plano que é de 20 anos. Mostrando-se explícitas as atividades previstas e as ações de mobilização social, torna-se exequível o PMSB durante seu tempo previsto de execução. Nota-se então, a necessidade de ser realizado um bom planejamento do processo de elaboração do Plano de Saneamento para o Município de Ibaté, pois o mesmo apresentará programas e projetos de saneamento que concernem as quatro esferas estudadas: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos, melhorando a situação atual do município.

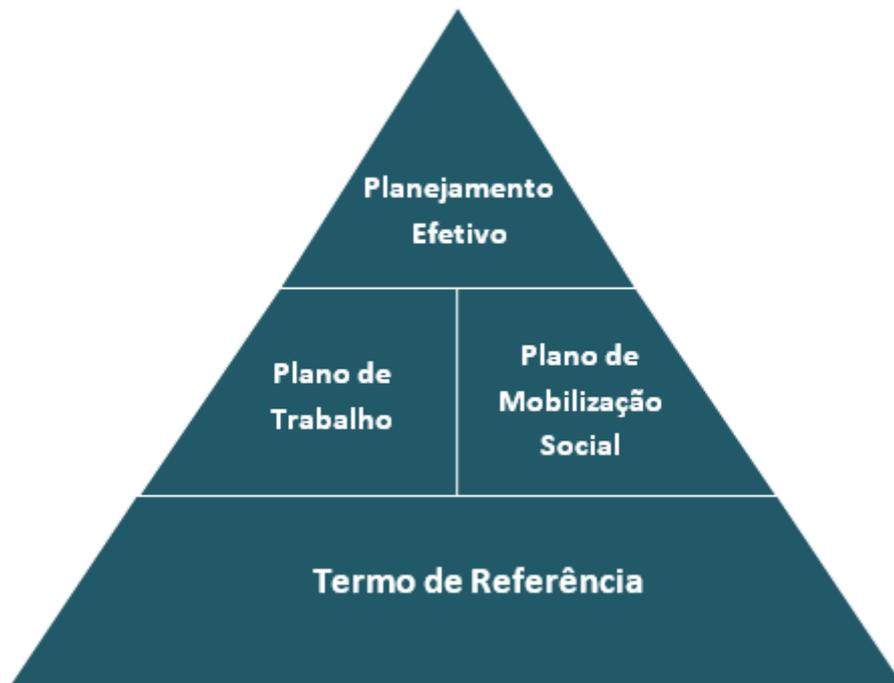


2 ESTRUTURA DE TRABALHO

Esse relatório apresenta a preparação e o planejamento do processo de elaboração do PMSB, por meio do desenvolvimento do Plano de Trabalho e do Plano de Mobilização Social, identificando e sistematizando os interesses múltiplos e a existência de áreas conflitantes. Este produto garante um planejamento adequado para a elaboração do PMSB que promova a participação social, um dos pilares do PMSB, e a efetividade do plano ao término do mesmo.

Salienta-se que o gerenciamento do Plano de Trabalho e do Plano de Mobilização Social no decorrer da elaboração do PMSB garante maior organização e agilidade nas atividades e também um resultado final que atenda de modo eficiente as demandas reais do município.

Figura 1 - Pirâmide relacional do termo de referência e planos com o planejamento efetivo



As atividades pertinentes ao produto acima descrito são apresentadas a seguir.

2.1 Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho detalha todas as atividades a serem desenvolvidas na elaboração do PMSB com o estabelecimento de etapas, prazos, procedimentos técnicos e metodológicos, produtos e suas formas de apresentação, equipe responsável e cronograma de execução. As atividades que constam no Plano de Trabalho são citadas a seguir.





- Descrição metodológica;
- Definição e descrição dos produtos e das atividades;
- Prazos e cronograma dos trabalhos;
- Fluxograma do trabalho definindo a sequência e a relação de cada etapa;
- Mobilização social.

2.2 Plano de Mobilização Social (PMS)

O Plano de Mobilização Social compreende a etapa de identificação dos atores envolvidos na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Ibaté, bem como as estratégias, logísticas de execução das atividades previstas e de colaboradores. O conteúdo mínimo que deve constar no Plano de Mobilização Social são:

- Estratégias de identificação de atores sociais envolvidos no processo de elaboração do PMSB;
- Estratégias de identificação e discussão preliminar da realidade atual do município, no âmbito do saneamento básico;
- Descrição de quais tipos de encontros participativos serão realizados ao longo da elaboração do PMSB (ex.: conferências, seminários, consultas públicas e encontros técnicos participativos);
- Estratégias de divulgação da elaboração do PMS a todas as comunidades do município, bem como a maneira que será realizada tal divulgação, como faixas, convites, folder, cartazes e/ou meios de comunicação local;
- Metodologia das audiências públicas, utilizando instrumentos didáticos com linguagem apropriada, abordando os conteúdos sobre os serviços de saneamento básico;
- Métodos de divulgação e disponibilização das informações e estudos pertinentes à elaboração e implantação do PMSB a todos os interessados; e
- Descrição da infraestrutura necessária para a realização dos eventos.



3 PLANO DE TRABALHO (PT)

3.1 Fluxograma resumo das atividades do Plano Municipal de Saneamento Básico

O seguinte fluxograma resume as principais atividades identificadas nos produtos a serem entregues. Em uma fase anterior à elaboração dos produtos denominados “Relatório”, é prevista uma etapa de preparação para que o Plano de Trabalho e o Plano de Mobilização sejam elaborados. Cada atividade é detalhada a partir do próximo item.





Figura 2 – Fluxograma resumo das atividades do Plano Municipal de Saneamento Básico



Preparação

- 1 - Determinação da participação social
- 2 - Reunião interna
- 3 - Elaboração do Plano de Trabalho (PT)

Atividade 01 - Elaboração do Plano de Mobilização Social (PMS)

- 1 - Elaboração do Plano de Mobilização Social
- 2 - Preparação de reunião com partes interessadas
- 3 - Reunião Preliminar (contratante e contratada)
- 4 - Reunião Inicial de Discussão sobre PT e PMS (prefeitura, Allevant, público geral)

Atividade 02 - Elaboração do relatório de diagnóstico técnico-participativo

- 1 - Caracterização atual do município
- 2 - Infraestrutura de abastecimento de água
- 3 - Infraestrutura de esgotamento sanitário
- 4 - Infraestrutura de manejo de águas pluviais
- 5 - Infraestrutura de gerenciamento de resíduos sólidos e limpeza urbana

Atividade 03 - Elaboração do relatório da prospectiva e planejamento estratégico

- 1 - Projeção populacional
- 2 - Projeções e demandas dos 4 sistemas
- 3 - Proposição de alternativas de gestão pública
- 4 - Análise das alternativas propostas para os 4 sistemas
- 5 - Proposição de cenários

Atividade 04 - Elaboração do relatório dos Programas, Projetos e Ações para Alcance do Cenário de Referência

- 1 - Hierarquização dos problemas
- 2 - Elaboração de programas, projetos e ações para cada problema identificado
- 3 - Definição de objetivos dos programas, projetos e ações
- 4 - Definição de metas dos programas, projetos e ações
- 5 - Construção de indicadores
- 6 - Estratégias de monitoramento de indicadores
- 7 - Compatibilização com planos setoriais
- 8 - Preparação para Audiência Pública
- 9 - Audiência Pública (AP)
- 10 - Análise de adequações solicitadas em AP

Atividade 05 - Elaboração do Plano de Execução

- 1 - Planejamento de prazos para a execução de programas, projetos e ações
- 2 - Planejamento de recursos (financeiros, humanos) para a execução de programas, projetos e ações

Atividade 06 - Aprovação do PMSB

- 1 - Elaboração de Minuta de Projeto de Lei
- 2 - Elaboração do PMSB Preliminar
- 3 - Preparação para Audiência Pública
- 4 - Audiência Pública (AP)
- 5 - Análise de adequações solicitadas em AP
- 6 - Finalização do PMSB

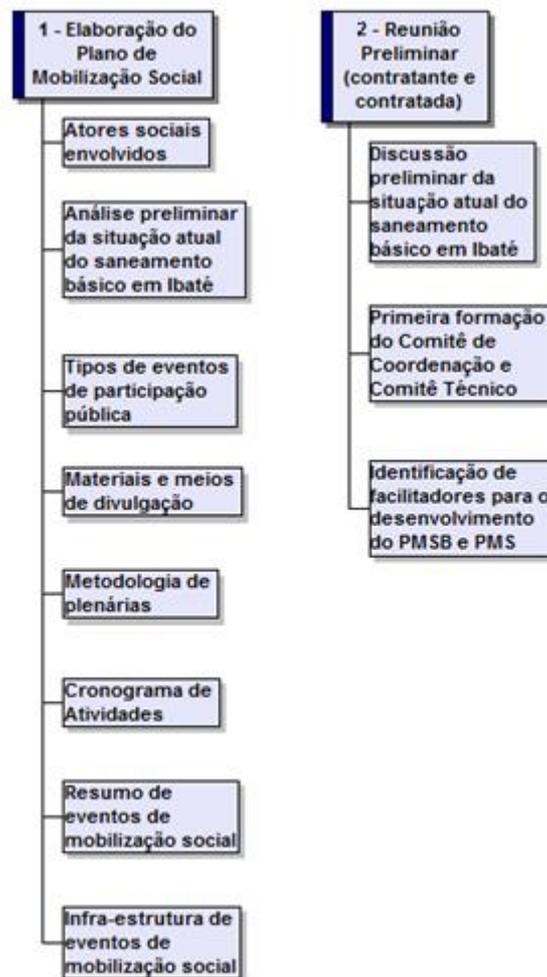




3.2 Descrição das atividades

3.2.1 Atividade 1: Elaboração do Plano de Mobilização Social (PMS)

Figura 3 - Fluxograma da Atividade 1: Elaboração do Plano de Mobilização Social



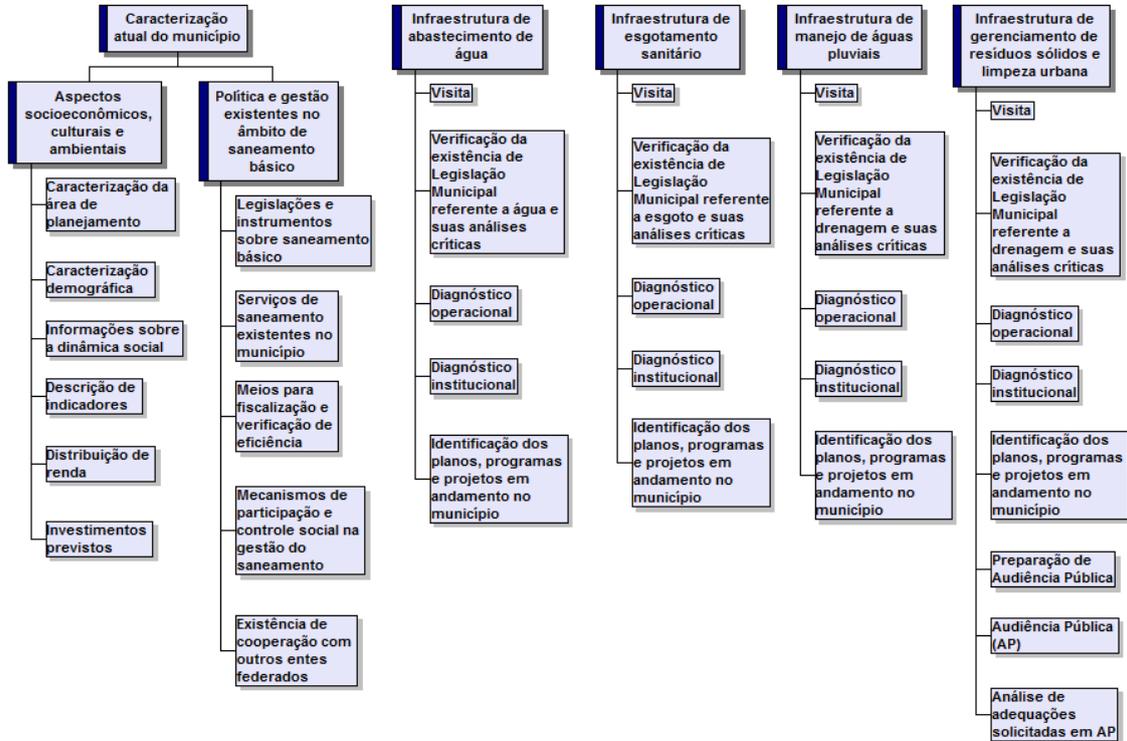
O Plano de Mobilização Social é o documento que contém o planejamento de todas as atividades necessárias para um envolvimento e participação mais amplos da sociedade. É onde podem ser encontrados os objetivos, metas e escopo da mobilização, além de cronogramas e principais atividades a serem desenvolvidas.

Após a elaboração do PMS é prevista uma reunião inicial, na qual participarão integrantes do Poder Público e a equipe da empresa Allevant para apresentações oficiais, discussões preliminares e a composição da primeira formação do Comitê de Coordenação e Comitê Técnico.



3.2.2 Atividade 2: Relatório de Diagnóstico Técnico-Participativo

Figura 4 - Fluxograma da Atividade 2: Relatório Técnico-Participativo



Esse produto consistirá em um breve histórico dos sistemas de saneamento ambiental do município, contemplando o diagnóstico dos quatro sistemas integrantes do saneamento básico - abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos – e uma análise das condições dos riscos operacionais.

Abaixo são apresentados os principais tópicos abordados em cada temática, com base no termo de referência elaborado pela Prefeitura Municipal de Ibaté para o presente Plano Municipal de Saneamento Básico.

- **Aspectos Socioeconômicos, Culturais e Ambientais**

Com o intuito de se conhecer o contexto dos serviços de saneamento básico do Município de Ibaté, faz-se necessária a caracterização da área de planejamento enquanto seus aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Para tanto, foi elaborada uma listagem dos principais tópicos referentes à temática tratada:

- Características da área de planejamento;
- Densidade demográfica;
- Infraestrutura social;
- Organização e dinâmica sociais;





- Indicadores sociais (IDH, saúde, educação, saneamento básico, renda);
- Canais de comunicação para participação social no planejamento público.

- **Política e gestão existentes e aplicadas aos serviços de saneamento básico**

A questão legal e de gestão do saneamento básico também são partes imprescindíveis da contextualização dos serviços de saneamento básico de um município.

Abaixo segue o roteiro adotado para verificação dos principais tópicos acerca de Política e Gestão:

- Verificação de legislação municipal de Ibaté referente a saneamento básico;
- Verificação de planos e programas municipais de Ibaté referentes a saneamento básico;
- Entes responsáveis pela regulação e fiscalização de serviços do saneamento básico;
- Verificação de instrumentos de informação, monitoramento e avaliação dos serviços de saneamento básico;

- **Sistema de Abastecimento de Água**

A análise do sistema de abastecimento de água é prevista de modo a obter um panorama da situação do abastecimento de água no município quanto aos aspectos operacionais e institucionais; serão produzidas informações acerca dos mananciais (capacidade atual e futura, fontes alternativas), informações relativas à gestão, ao planejamento, aos impactos socioambientais, dentre outros.

Abaixo segue o roteiro adotado para verificação dos principais tópicos acerca do abastecimento de água:

- População abastecida e demanda atual;
- Déficit de atendimento – fatores determinantes, causas e consequências;
- Número de ligações e de economias abastecidas – atual;
- Estudo dos mananciais utilizados, objetivando: características, localização, capacidade atual e futura, capacidade limite, condicionantes ambientais, qualidade da água, problemas, fragilidades, entre outros;
- Balanço hídrico do sistema de abastecimento de água;
- Caracterização dos sistemas de captação, adução, reservação e tratamento;



- Avaliação dos ativos relacionados ao atual conjunto de bens, instalações, edificações e equipamentos dos sistemas de abastecimento de água instalados em Ibaté;
- Mapeamento das localidades atendidas com a delimitação das áreas abrangidas pelo sistema;
- Principais problemas e dificuldades (intermitência no abastecimento, pressão disponível, aspectos operacionais, uso e ocupação do solo, capacidade e obsolescência da infraestrutura instalada);
- Outorga da Água – Política Estadual de Recursos Hídricos;
- Estudo do consumo per capita e por setores;
- Estudo das perdas no sistema;
- Planos, programas e projetos elaborados e em fase de execução no território municipal;
- Arranjo institucional, sistema de gestão, de planejamento, de tarifação, de regulação e de controle;
- Arranjo tarifário e índice de inadimplência;
- Despesas e receitas operacionais.

- **Sistema de Esgotamento Sanitário**

Para a caracterização do esgotamento sanitário, o diagnóstico tomará como base os aspectos operacionais e institucionais. Serão produzidas informações acerca dos corpos receptores (capacidade de autodepuração), informações relativas à gestão, ao planejamento, aos impactos socioambientais, dentre outros.

Abaixo, segue o roteiro adotado para verificação dos principais tópicos acerca do esgotamento sanitário:

- População atendida e demanda atual;
- Déficit de atendimento – fatores determinantes, causas e consequências;
- Número de ligações e de economias atendidas – atual;
- Caracterização dos sistemas operados (população atendida, área de abrangência, perspectiva de ampliação, tipo de tratamento, eficiência, corpo receptor, problemas e dificuldades e soluções futuras);
- Caracterização das soluções individuais adotadas e respectivos impactos ao meio ambiente;





- Corpos receptores (caracterização, localização, análise preliminar da capacidade de suporte, impactos ambientais);
 - Mapeamento das localidades atendidas com a delimitação das áreas abrangidas pelo sistema;
 - Planos, programas e projetos elaborados e em fase de execução no território municipal;
 - Arranjo institucional, sistema de gestão, de planejamento, de tarifação, de regulação e de controle;
 - Principais problemas e dificuldades (aspectos operacionais, uso e ocupação do solo, capacidade e obsolescência da infraestrutura instalada, subutilização dos sistemas);
 - Avaliação dos ativos relacionados ao atual conjunto de bens, instalações, edificações e equipamentos do sistema de esgotamento sanitário instalados em Ibaté;
 - Despesas e receitas operacionais.
- **Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas**

O diagnóstico do sistema de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas pretende não somente caracterizar a situação da atual infraestrutura de drenagem e o sistema de planejamento e gestão existente, como também produzir informações e análise sobre os impactos da urbanização sobre o sistema de drenagem do município (impermeabilização, erosão, eventos de enchentes, lançamento clandestino de esgotos e lixo, áreas de risco, produção de sedimentos, etc.)

Abaixo seguem os tópicos a serem abordados no estudo.

- Caracterização e análise do atual sistema de drenagem do município;
- Mapeamento e estudo do sistema hidrográfico;
- Legislação municipal de parcelamento do solo e outras abordagens sobre drenagem;
- Estudo do lançamento clandestino de esgotos – análise de causas e consequências;
- Identificação das áreas e principais tipos de problemas (inundações, enchentes, alagamentos, transbordamentos do sistema natural e construído, obstruções, subdimensionamento), correlacionando-os com frequência e causas;





- Identificação das regiões com maior vulnerabilidade sob o ponto de vista de infraestrutura (ausência, precariedade e obsolescência);
- Estudo preliminar de áreas sujeitas a riscos de inundação e escorregamento (com base em observações cartográficas, de campo e de documentos ou estudos elaborados);
- Caracterização do arranjo institucional de sistema de planejamento e gestão;
- Identificação dos métodos de operação e manutenção do sistema de drenagem;
- Análise de capacidade limite da microdrenagem;
- Índices de mortalidade por malária;
- Identificação de planos, programa e projetos em desenvolvimento, já desenvolvidos ou em elaboração.

- **Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos**

Será realizado o diagnóstico do sistema de resíduos sólidos, incluindo os resíduos domésticos, varrição, limpeza de logradouros e vias públicas; resíduos industriais; resíduos do serviço de saúde; resíduos da construção civil; resíduos eletrônicos e lâmpadas mercuriais usadas; e materiais recicláveis.

Para a produção dos estudos, deverão ser abordados os seguintes temas:

- Situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;
- Identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1o do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;
- Identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;
- Identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento ou a sistema de logística reversa;
- Identificação de principais problemas (carência de ações do poder público, disposição ilegal, etc.);

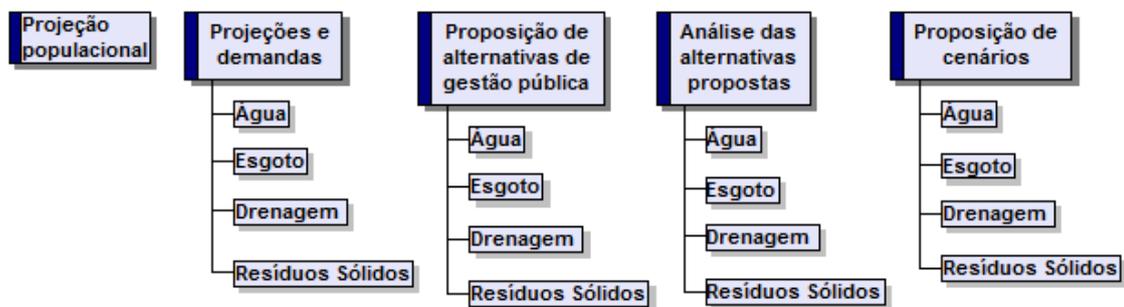




- Definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos;
- Sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços;
- Descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa;
- Caracterização do arranjo institucional de sistema de planejamento e gestão;
- Identificação de planos, programa e projetos em desenvolvimento, já desenvolvidos ou em elaboração;
- Identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas e medidas saneadoras.

3.2.3 Atividade 3: Relatório de Elaboração de Prospectiva e Planejamento Estratégico

Figura 5 - Fluxograma da Atividade 3: Relatório de Elaboração de Prospectiva e Planejamento Estratégico



A partir das informações levantadas até então, é possível determinar um cenário de referência, ou seja, o cenário futuro que se deseja alcançar em um horizonte de tempo pré-estabelecido. Há duas vertentes de indução das análises: a de elaboração de estratégias para solucionar os problemas conhecidos por meio dos diagnósticos anteriores e a de elaboração de ações de caráter preventivo. Para tanto, os temas abordados serão:

- Projeção populacional;
- Projeção de demandas no sistema de abastecimento;
- Projeção de geração de esgoto sanitário;
- Diretrizes para controle de escoamento;

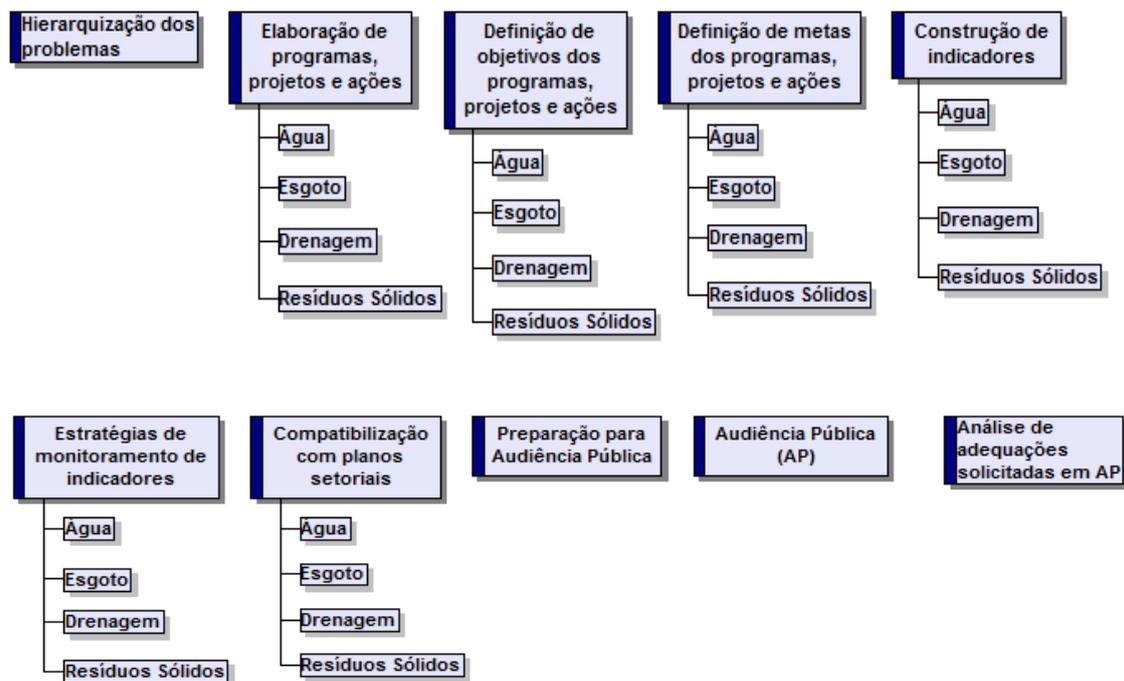




- Projeção de geração de resíduos sólidos (total, reciclado, compostado, aterrado);
- Descrição de mananciais de abastecimento de água;
- Análise de formas de coleta e transporte de resíduos;
- Localização dos principais componentes do sistema de abastecimento de água;
- Localização dos principais componentes do sistema de esgotamento sanitário;
- Plano de emergência e contingência.

3.2.4 Atividade 4: Relatório dos Programas, Projetos e Ações para Alcance do Cenário de Referência

Figura 6 - Fluxograma da Atividade 4: Relatório dos Programas, Projetos e Ações para Alcance do Cenário de Referência



Com base nos diversos cenários possíveis, abordados pelo Relatório de Prospectiva e Planejamento Estratégico, deverão ser propostos programas, projetos e ações que visem atingir o cenário de referência. Cada programa, projeto e ação indicado deve possuir, de modo direto e transparente, seus objetivos e metas vinculados. Para que essas ações sejam monitoradas, o mecanismo adotado para avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas do PMSB é a adoção de indicadores. Essa metodologia traduz a evolução das ações do PMSB e a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, o objetivo principal dos indicadores de monitoramento é avaliar o cumprimento das metas estabelecidas, com o





consequente alcance dos objetivos fixados, o efetivo funcionamento das ações de emergência e contingência definidas, a consistência da participação e do controle social na tomada de decisões, dentre outros. Dessa forma, monitorar o desempenho da implantação de um Plano Municipal de Saneamento Básico passará a ser tarefa rotineira, sistematizada e cotidiana, garantindo, assim, a real melhoria da qualidade de vida da população.

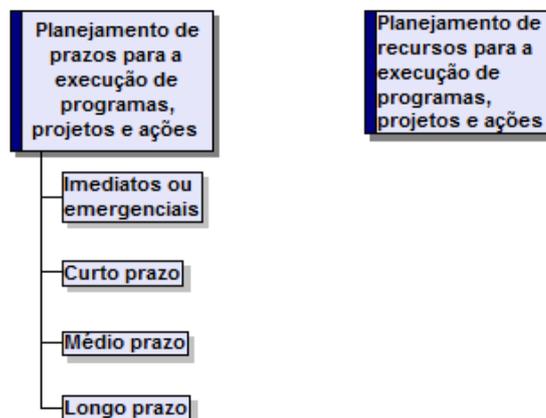
Para a plena validação das estratégias geradas deve haver a discussão entre os comitês e também sociedade civil, pois é por meio da verificação dos anseios da população que deve ser constituído o PMSB.

Os principais tópicos a serem abordados nesta etapa são:

- Hierarquização dos problemas encontrados;
- Objetivos para cada componente do saneamento básico;
- Metas para cada componente do saneamento básico;
- Compatibilização de programas, projetos e ações com demais planos setoriais;
- Programas, projetos e ações.

3.2.5 Atividade 5: Relatório do Plano de Execução

Figura 7 – Elaboração do Plano de Execução



O Plano de Execução deve contemplar o caminho a ser adotado para execução dos programas, projetos e ações que tem por finalidade alcançar o cenário de referência prognosticado.

O Plano de Investimentos da Prefeitura será consultado a fim de se extraírem condicionantes para o melhor detalhamento do Plano de Execução; esse último apresentará a descrição das ações e seus respectivos prazos, bem como o Plano de Investimentos do PMSB e os agentes responsáveis por sua realização.



Os prazos utilizados no PMSB são classificados em:

- Imediatos ou emergenciais: até 3 anos;
- Curto prazo – entre 4 e 8 anos;
- Médio prazo – entre 9 e 12 anos;
- Longo prazo – entre 13 e 20 anos.

Os principais tópicos a serem abordados nesta etapa são:

- Plano de Execução;
- Identificação de fontes de financiamento;
- Indicadores;
- Procedimentos de monitoramento e avaliação dos objetivos e metas do PMSB;
- Detalhamento do processo de revisão do plano.

3.2.6 Atividade 6: Plano Municipal de Saneamento Básico Preliminar

Figura 8 – Etapas finais da elaboração do PMSB



A atividade 6 será composta pelo PMSB Preliminar (diz-se preliminar por ainda ser possível a análise e integração de possíveis indicativas colhidas na última audiência pública do processo), pelos mapas finais elaborados, relatórios das audiências públicas e pela minuta do projeto de lei do PMSB.

Quadro 1 - Cronograma dos produtos a serem entregues

ATIVIDADES	CRONOGRAMA DOS PRODUTOS						
	ANO: 2016			ANO: 2017			
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
1 – Plano de Mobilização Social e Plano de Trabalho							
2 – Relatório de Diagnóstico Técnico-Participativo							
3 – Relatório de Prospectiva e Planejamento Estratégico							
4 – Relatório de Programas, Projetos e Ações para o Alcance do Cenário de Referência							
5 – Plano de Execução							
6 – PMSB Preliminar							
7 – Relatório Final do PMSB revisado conforme AP, incluindo							





CRONOGRAMA DOS PRODUTOS							
ATIVIDADES	ANO: 2016			ANO: 2017			
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
mapas temáticos sobre os sistemas							

4 PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL (PMS)

4.1 Objetivos

4.1.1 Objetivos Gerais

O Plano de Mobilização Social visa desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do Plano Municipal de Saneamento Básico e à necessidade de sua participação no processo de elaboração deste.

A participação social, além de elemento fundamental no processo de tomada de decisões, exerce função educativa no que diz respeito à preparação da sociedade. Ela está prevista no capítulo 9 da Lei nº 11.445/07, no seguinte Artigo:

“Art. 51. O processo de elaboração e revisão dos planos de saneamento básico deverá prever sua divulgação em conjunto com os estudos que os fundamentarem, o recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública e, quando previsto na legislação do titular, análise e opinião por órgão colegiado criado nos termos do art. 47 desta Lei”.

Além disso, a Lei nº 8.243/14 que institui a Política Nacional de Participação Social prevê nos seguintes artigos:

Art. 16. As audiências públicas devem observar, no mínimo, as seguintes diretrizes:

I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificado seu objeto, metodologia e o momento de realização;

II - livre acesso aos sujeitos afetados e interessados;

III - sistematização das contribuições recebidas;

IV - publicidade, com ampla divulgação de seus resultados, e a disponibilização do conteúdo dos debates; e

V - compromisso de resposta às propostas recebidas.

Art. 17. As consultas públicas devem observar, no mínimo, as seguintes diretrizes:





I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando seu objeto, metodologia e o momento de realização;

II - disponibilização prévia e em tempo hábil dos documentos que serão objeto da consulta em linguagem simples e objetiva, e dos estudos e do material técnico utilizado como fundamento para a proposta colocada em consulta pública e a análise de impacto regulatório, quando houver;

III - utilização da internet e de tecnologias de comunicação e informação;

IV - sistematização das contribuições recebidas;

V - publicidade de seus resultados; e

VI - compromisso de resposta às propostas recebidas

Embora entendida como fundamental para a elaboração do PMSB, a atuação social dificilmente é um processo espontâneo. Dessa forma, é necessário planejar, envolver e mobilizar a sociedade, ações que estão previstas neste documento.

Assim, o presente Plano de Mobilização Social terá os seguintes objetivos gerais:

- Garantir a participação social durante todo o processo de elaboração do PMSB;
- Garantir que sejam refletidas no PMSB as necessidades e anseios da população;
- Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social;
- Sensibilizar a população para a continuidade da execução do PMSB, com horizonte de 20 anos;
- Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental.

4.1.2 Objetivos Específicos

Apresentam-se, a seguir, os objetivos específicos que devem ser atingidos com a implantação do Plano de Mobilização Social proposto:

Quadro 2 - Objetivos específicos do Plano de Mobilização Social

Fases do PMSB	Objetivos Específicos do PMS
TODAS	Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, seus benefícios e vantagens; Conscientizar a sociedade sobre a responsabilidade coletiva na preservação e conservação do meio ambiente; Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental; Ser ferramenta eficiente para que a comunidade participe da elaboração e monitoramento do PMSB.





Fases do PMSB	Objetivos Específicos do PMS
DIAGNÓSTICO e PROGNÓSTICO – Cenário de Referência	Considerar as percepções sociais e conhecimentos a respeito dos serviços de saneamento; Identificar as formas de organização social da comunidade local; Agregar o conhecimento da população e práticas locais de saneamento às informações técnicas obtidas; Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a definição do cenário de referência futuro.
VERSÃO PRELIMINAR DO PMSB	Considerar as necessidades reais e anseios da população na aplicação de programas e investimentos; Identificar alternativas levando em consideração as percepções e atitudes, em nível local, a respeito dos serviços de saneamento; Estimular a prática permanente da participação e mobilização social na implantação e monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico.

4.2 Formação dos Comitês do PMSB

De acordo com Brasil (2011), a primeira etapa para a elaboração de um PMSB é a criação de um Comitê de Coordenação (ou Gestor) que será responsável pela coordenação e gerenciamento de todo o processo. Este se enquadra como instância consultiva e deliberativa, e realizará a análise e aprovação de todas as atividades realizadas pelo Comitê Técnico, promovendo “a integração das ações de saneamento básico” (BRASIL, 2014).

Constam no Termo de Referência do PMSB como funções do Comitê de Coordenação o seguinte:

- Discutir e avaliar, sempre que necessário, o trabalho produzido pelo Comitê Técnico;
- Criticar e sugerir alternativas, auxiliando o trabalho do Comitê Técnico na elaboração do Plano; e
- Avaliar o andamento dos trabalhos do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, buscando promover as ações integradas de saneamento.

Ainda conforme o TR, esse Comitê deve ser composto “pelos representantes interessados da Prefeitura de Ibaté”. Cabe salientar a indicativa, tanto do Ministério das Cidades, quanto da Funasa, de que a formação do Comitê de Coordenação deve abranger:

- Representantes dos órgãos responsáveis pelos quatro componentes do saneamento básico no município, bem como
- Representantes da sociedade civil.

Segundo o Capítulo VIII (Art. 47) da Lei nº 11.445/2007:

O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, estaduais, do Distrito Federal e municipais, assegurada a representação:

- I – dos titulares dos serviços;



II – de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III – dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV – dos usuários de serviços de saneamento básico;

V – de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionada ao setor de saneamento básico.

(BRASIL, 2007)

Portanto, ressalta-se a importância da integração da sociedade civil no Comitê de Coordenação, visto que a participação e controle social em processos de planejamento são asseguradas como um dos princípios fundamentais da prestação de serviços de saneamento básico.

Além do Comitê de Coordenação também se faz necessária a criação do Comitê Técnico, que é subordinado às decisões e aprovações do primeiro. O Comitê Técnico tem como responsabilidade realizar todas as atividades descritas pelo respectivo Termo de Referência, portanto deve ser formada por uma equipe multidisciplinar técnica composta, segundo o Termo de Referência do PMSB de Ibaté-SP, pela empresa contratada e técnicos nomeados pela prefeitura.

4.2.1 Processo de formação do Comitê

A formação do Comitê de Coordenação será dividida em dois momentos, garantindo que aconteça de maneira democrática. Os representantes do poder público e de organizações pertinentes foram convidados a participar do Comitê e representam 50% da sua composição. Durante a primeira Audiência Pública serão abertas as vagas remanescentes, mediante inscrição de interessados, eleição e validação. Portanto, o Comitê de Coordenação ficará completo após a primeira Audiência Pública. É desejável que o número de membros da sociedade civil no Comitê de Coordenação seja igual ao de representantes do poder público, de modo a garantir maior participação social e transparência durante a elaboração do Plano. Todavia, se o número de interessados por parte da sociedade civil for menor que o indicado, a validação do Comitê de Coordenação ainda ocorrerá normalmente.

Para cada instância representada no Comitê de Coordenação (secretaria, sociedade civil, entre outros), sugere-se a nomeação de um representante titular e um suplente. O representante titular deve estar presente, obrigatoriamente, em todas as reuniões e eventos que aconteçam durante a elaboração do Plano. Caso não seja possível comparecer, o titular deverá apresentar um ofício ao Comitê para que seja substituído por seu suplente, o qual deverá ser avisado com antecedência, também por meio de ofício. Além disso, recomenda-se que o suplente participe de todas as atividades do Comitê Técnico.

É recomendado que as reuniões ocorram mediante convocação de coordenador eleito no Comitê de Coordenação. Caso seja identificada necessidade de votação para a tomada de





decisão neste grupo, o responsável por sua legitimidade é o coordenador do Comitê de Coordenação, sendo que todos os membros titulares terão poder de voto. Será assegurado poder de voz aos membros suplentes em qualquer ocasião e poder de voto caso esteja substituindo um membro titular.

4.3 Formas de Participação Social

Segundo a Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, o controle social é definido como o conjunto dos mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

A participação social na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB de Ibaté ocorrerá por meio dos seguintes instrumentos, detalhados nos itens a seguir:

- Comitê de Coordenação;
- Entrevistas;
- Consultas Públicas;
- Audiências Públicas;
- Institucionalização do PMSB.

4.3.1 Comitê de Coordenação

O Comitê de Coordenação será o meio de comunicação permanente com a sociedade, ou seja, os membros devem permanecer disponíveis para receber sugestões e críticas durante o período da elaboração do Plano. Este será composto, como explicitado anteriormente, por representantes da sociedade civil e outras entidades e, por esta razão, é a instância de comunicação direta com a população do município. Será realizada, ainda, por meio deste Comitê, toda a divulgação dos eventos programados.

Após a primeira reunião e posterior Audiência Pública, deverá ser elaborado e mantido atualizado o cadastro dos membros do Comitê de Coordenação, organizando os dados em uma lista de contatos que contenha, no mínimo, os seguintes dados:



Quadro 3 - Dados para cadastro dos membros do Comitê de Coordenação

Nome do representante:
Nome do bairro ou entidade representada:
Endereço completo para correspondência:
Telefone:
E-mail:

As informações “nome do representante” e “nome do bairro ou entidade representada” devem constar tanto na lista de contatos publicada na página virtual do PMSB, hospedada no site da Prefeitura Municipal de Ibaté, quanto na sede da mesma. O Apêndice A apresenta o nome dos integrantes tanto do Comitê de Coordenação quanto do Comitê Técnico.

4.3.2 Entrevistas

As entrevistas têm como finalidade a coleta de uma amostra de opiniões dos munícipes quanto à qualidade de vida no município, ao interesse em participar da elaboração do PMSB e às qualidades e defeitos dos sistemas públicos de saneamento básico. Elas serão aplicadas no início do processo de diagnóstico dos sistemas de saneamento básico (Atividade 2, conforme o Termo de Referência).

4.3.3 Canal Permanente de Comunicação

O desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Ibaté ocorrerá de forma transparente e oferecerá a estrutura necessária para ampla participação da sociedade. Uma de suas ferramentas será o canal permanente de comunicação constituído pela página virtual destinada especificamente ao processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Esta página será hospedada pelo website da Prefeitura de Ibaté e deverá conter todos os produtos gerados, informações básicas do processo, listagem dos integrantes do Comitê de Coordenação e Comitê Técnico, informações e avisos sobre atividades de mobilização social, além de possuir área destinada a receber comentários, críticas e sugestões da população sobre o desenvolvimento do PMSB.

4.3.4 Consulta pública

O instrumento de Consulta Pública permite ampliar a discussão a respeito do PMSB, coletando de modo prático, efetivo e com baixo custo as opiniões da sociedade.





Todos os relatórios, incluindo os parciais e o final, ficarão acessíveis ao público interessado em meio digital e físico, cujos caminhos de acesso serão divulgados no site oficial da Prefeitura e demais meios de comunicação julgados de forte permeabilidade social.

A população poderá contribuir com sugestões em meio digital, através da área de envio de mensagem disponibilizada no site da Prefeitura, podendo as contribuições ser encaminhadas até a data da Audiência Pública relativa ao documento em questão.

No caso de indivíduos que consultem o material na sede da Prefeitura, haverá um funcionário a disposição para auxílio ao preenchimento do cadastro digital.

Após encerrado o prazo da Consulta Pública, as contribuições serão analisadas pelos Comitês, sendo o Comitê Técnico o responsável por elaborar o relatório final da Consulta, contendo todas as informações e um parecer sobre a aprovação ou não de cada ação e crítica propostas. Este documento será anexado ao relatório final entregue à Prefeitura. Os Comitês poderão rejeitar contribuições que estejam fora do tema discutido.

4.3.5 Audiências públicas

Uma Audiência Pública (AP) é uma reunião pública, na qual os cidadãos são convidados a comparecer a fim de contribuir com seus pontos de vista. Ela serve para informar, discutir, dirimir dúvidas e ouvir opiniões sobre os anseios da comunidade, em especial a população diretamente afetada, cujos pronunciamentos a empresa contratada ponderará na elaboração do PMSB.

As Audiências Públicas serão utilizadas como instrumento de diálogo estabelecido com a população de Ibaté na direção da construção de soluções para as questões apresentadas pela comunidade. Essas Audiências são atividades de natureza consultiva, ou seja, a contratada se compromete a escutar a opinião dos diversos atores sociais envolvidos e se dispõe a esclarecer dúvidas. A decisão de aprovação ou não de sugestões e ações propostas fica a critério do Comitê Técnico.

O agendamento das Audiências ocorrerá com uma antecedência mínima de 15 dias corridos. Sua convocação será por meio de edital com data, horário, forma de disponibilização do material para consulta e local da Audiência. O edital poderá ser encontrado no site da Prefeitura e sua publicação será avisada no Diário Oficial do Estado. A empresa contratada será responsável por conduzir a Audiência, incluindo exposição objetiva do assunto em questão e abertura à participação social. A empresa, com auxílio do Comitê Técnico, definirá a dinâmica de cada Audiência Pública, incluindo ordem da apresentação, duração total e tempo reservado para discussões, que deverá ser respeitado por todos os presentes na Audiência.

Haverá lista de presença em todas as Audiências e ao final de cada uma será lavrada uma ata sucinta, assinada pelo coordenador do Comitê de Coordenação e também pelo coordenador da





equipe contratada. Essa ata servirá como subsídio para análise e parecer final da contratada, incluindo aprovação ou não das propostas.

A última Audiência será realizada na etapa final da elaboração do PMSB de Ibaté para validação da versão preliminar que terá as contribuições obtidas em audiência implementadas para formar o relatório final. Após este evento, o projeto de lei do Plano poderá ser encaminhado para aprovação pelo poder legislativo municipal.

Para a organização das Audiências Públicas deverão ser estabelecidos: os objetivos, a organização temática e metodológica da discussão, os critérios e forma de participação, a agenda específica, os documentos de subsídio à realização da audiência, dentre outras definições.

Essas definições serão identificadas oportunamente em função das necessidades que surgirem ao longo do processo de elaboração do PMSB.

Os relatórios de cada Audiência Pública, assim como da Reunião Inicial, contendo o local, data, horário, objetivo, ATA e pauta, formas de divulgação, relatório fotográfico, lista de presença, avaliação do evento e a apresentação, serão disponibilizados por meio de um relatório, apresentado no presente documento no apêndice B.

4.3.6 Institucionalização do PMSB

Para garantir a continuidade e a eficácia do PMSB, sugere-se que uma logomarca seja criada de forma participativa pela sociedade. A decisão sobre a criação da logomarca poderá ser votada em reunião do Comitê de Coordenação. Assim, cabe ao Comitê de Coordenação organizar um concurso para a eleição desta logomarca.

A mobilização da sociedade ocorrerá para que todos os interessados possam participar do concurso, desenhando aquilo que imaginarem simbolizar o PMSB de Ibaté. O Comitê de Coordenação selecionará no máximo 10 (dez) desenhos que melhor representarem o Plano e os apresentarão durante Audiência Pública, na qual será escolhida a logomarca definitiva. Após esta data a logomarca será estampada em todos os documentos relativos ao PMSB, durante seu horizonte de 20 (vinte) anos.

O concurso deverá envolver escolas, associações, ONGs, entre outras organizações pertinentes, com o objetivo de trabalhar os conceitos referentes ao saneamento básico e à educação ambiental. Desta maneira, a população do município poderá participar ativamente da institucionalização do PMSB e se sensibilizará com o tema.





4.4 Cronograma geral do plano de mobilização social

Apresenta-se, a seguir, o cronograma de ações proposto para envolvimento da sociedade local, entidades representativas, autoridades e consultoria.

Quadro 4 - Cronograma proposto para participação social

ATIVIDADES	Ano: 2016			Ano: 2017			
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
Reunião inicial							
Audiência Pública 1 – Diagnóstico Técnico-Participativo							
Audiência Pública 2 – Prospectiva e Planejamento Estratégico							
Audiência Pública 3 – Versão Preliminar do PMSB							
Consulta Pública							

4.4.1 Especificação das atividades de Mobilização Social

Nesta seção especificam-se os objetivos de cada evento previsto, bem como uma sugestão de agenda prévia. Essa agenda poderá ser modificada durante a elaboração do Plano, caso a empresa contratada e o Comitê de Coordenação julguem necessário. A agenda da última Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico poderá ser redefinida ao longo da elaboração do Plano. Ressalta-se que, para cada evento, será elaborado um Relatório de Participação que explicitará o conteúdo do evento com atas, apresentação, listas de presença e registro fotográfico.

4.4.1.1 Reunião Inicial – Poder Público e Allevant

Como primeiro contato formal entre Contratante e Contratada, será realizada uma reunião com a presença do poder público municipal e da empresa contratada.





Durante esta reunião serão realizadas as seguintes atividades:

- Apresentação dos membros componentes interessados da Prefeitura e profissionais da empresa Allevant que participarão do desenvolvimento dos trabalhos;
- Apresentação pela Allevant do que é um Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, da versão preliminar do Plano de Mobilização Social sugerido e do Plano de Trabalho proposto;
- Identificação das alternativas para envolvimento dos membros do Comitê de Coordenação na condução dos futuros trabalhos;
- Primeira formação do Comitê de Coordenação e Comitê Técnico;
- Discussão preliminar da realidade atual do município, no âmbito do saneamento básico;
- Discussão dos pontos levantados e acatamento das sugestões pertinentes;
- Identificação de recursos humanos da administração que possam servir de vetores/facilitadores para desenvolvimento do PMSB e do PMS.

4.4.1.2 AUDIÊNCIA 1 – Apresentação do Diagnóstico Técnico-Participativo

Nesta Audiência será apresentada e discutida, junto à sociedade, a situação atual do município, considerando o abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. O diagnóstico incluirá pontos levantados pela empresa Allevant assim como os apontados pelas comunidades através da contribuição por meio da Consulta Pública. A sugestão de agenda para este evento encontra-se no Quadro abaixo.

Quadro 5 - Agenda da Primeira Audiência Pública

ETAPA	Duração (minutos)
Abertura e apresentação da Allevant e dos Comitês	15
Resumo (o que é PMSB, PMS, PT)	10
Apresentação do diagnóstico	40
Oficina - formação de Grupos de Trabalho (GT) para discussão do Diagnóstico	30
Assembleia - GTs apresentam suas considerações	20
Considerações finais	10
Avaliação do evento	10
Encerramento	10
TEMPO TOTAL	145





Durante o evento, serão recepcionadas as sugestões e críticas aos diagnósticos apresentados de tal forma que, após a devida análise técnica, os assuntos validados sejam ou não agregados ao relatório final do PMSB. Estas sugestões serão coletadas por meio de oficina para apresentação do diagnóstico e participação da sociedade. A população presente será dividida em pequenos grupos cujas informações levantadas deverão ser resumidas e apresentadas a todos, em assembleia. A metodologia da oficina será oportunamente explicada durante a Audiência Pública.

Após este evento e possíveis ajustes para compor a versão final do PMSB, o Relatório permanecerá disponível em meio eletrônico e impresso na sede da Prefeitura até que seja concluída a versão final do PMSB. A ata apresentando as solicitações em audiência também estará disponível em meio eletrônico.

Nessa Audiência ocorrerá, ainda, a seleção de representantes da sociedade civil para compor as vagas remanescentes do Comitê de Coordenação. Essa seleção ocorrerá por meio de inscrição de interessados, que deverão se apresentar de maneira breve, e haverá posterior votação com todos os presentes. Após a consolidação do Comitê de Coordenação nenhuma modificação poderá acontecer em sua composição, com exceção de motivo de força maior.

4.4.1.3 AUDIÊNCIA 2 - Apresentação da Prospectiva e Planejamento Estratégico, e dos Programas, Projetos e Ações

Após a determinação do diagnóstico geral dos serviços de saneamento básico do município, será elaborada a análise prospectiva estratégica, por meio da proposição de cenários. Tendo o conhecimento da situação atual do saneamento básico do município, definem-se cenários futuros de referência, ou seja, cenários que se desejam alcançar em um horizonte de tempo pré-determinado. Nessa Audiência serão apresentados e discutidos, junto à sociedade, os cenários futuros estudados para o município, considerando o abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana, além dos programas, projetos e ações para a gestão e controle dos serviços de saneamento para o efetivo alcance do cenário futuro desejável.

A análise de cenários e dos Programas, Projetos e Ações incluirá pontos levantados pela empresa Allevant assim como os apontados pelas comunidades através da contribuição por meio da Consulta Pública.

A sugestão de agenda para este evento encontra-se no Quadro abaixo.

Quadro 6 - Agenda da Segunda Audiência Pública

ETAPA	Duração (minutos)
Abertura e apresentação da Allevant e dos Comitês	10
Resumo (o que é prospectiva estratégica e cenários, programas, projetos e ações)	10





ETAPA	Duração (minutos)
Apresentação do Planejamento estratégico e cenários	20
Apresentação dos Programas, Projetos e Ações	35
Participação Social	30
Considerações finais	10
Avaliação do evento	10
Encerramento	10
TEMPO TOTAL	135

Durante o evento serão recepcionadas as sugestões e críticas aos cenários e ao planejamento estratégico apresentados de tal forma que, após a devida análise técnica, os assuntos validados sejam ou não agregados ao relatório final do PMSB. Estas sugestões serão coletadas por meio do período dedicado à participação da sociedade e em outros momentos oportunos.

Após o evento, o Relatório com possíveis ajustes para compor a versão final do PMSB permanecerá disponível em meio eletrônico e impresso na sede da Prefeitura, até que a versão final do PMSB seja entregue. A ata apresentando as solicitações em audiência também estará disponível em meio eletrônico.

4.4.1.4 AUDIÊNCIA 3 – Apresentação do Plano de Execução, da Minuta de Lei e da Plataforma de Monitoramento

Neste evento serão apresentados e discutidos junto à comunidade o Plano de Execução, composto dos investimentos para cada programa ao longo do horizonte de 20 (vinte) anos; a Minuta de Lei para institucionalização do PMSB, e a plataforma de indicadores para acompanhamento do Plano. A seguir pode ser observada a agenda sugerida para o evento.

Quadro 7: Agenda da Terceira Audiência Pública

ETAPA	Duração (minutos)
Contextualização	5
Plano de execução do Sistema de Abastecimento de Água	30
Plano de execução do Sistema de Esgotamento Sanitário	
Plano de execução do Sistema de Drenagem Urbana	
Apresentação do Sistema de Resíduos Sólidos	
Tarifação	5
Plataforma de Indicadores	10
Avaliação do evento	10
Encerramento	10
TEMPO TOTAL	110





Durante o evento serão recepcionadas as sugestões e críticas ao material apresentado de tal forma que, após a devida análise técnica, sejam ou não agregadas ao relatório final de prognóstico dos sistemas de saneamento.

Após esse evento, adequações à minuta de projeto de Lei e alterações feitas ao PMSB, a versão final do PMSB será disponibilizada em meio eletrônico e impresso na sede da Prefeitura.

4.4.2 Quadro resumo das atividades de Mobilização Social

O quadro a seguir mostra as atividades conforme o evento a ser realizado, indicando a infraestrutura necessária, os prazos e os responsáveis por cada atividade.

Quadro 8: Especificação das atividades, infraestrutura necessária, prazos e responsáveis para cada evento

EVENTO	ATIVIDADES RELACIONADAS	INFRAESTRUTURA	PRAZO (em dias corridos)	RESPONSÁVEIS	
Reunião Inicial	Convocação	Ofício	2 dias úteis antes	Prefeitura de Ibaté	
	Disponibilização prévia do PT e PMS	Relatório digital	2 dias antes	Allevant	
	Seleção do local, data e horário	-	2 dias antes	Prefeitura / Allevant	
	Materiais necessários		Computador	dia da reunião	Allevant
			Projeter multimídia		Allevant
	Lista de presença	-	-	Allevant	
	Ata da Reunião inicial	-	-	Allevant	
Fazer ajustes ao PT e PMS preliminar	-	em até 3 dias úteis	Allevant		
Audiência Pública Apresentação da Atividade 2.	Início dos preparativos para a AP com os integrantes do Comitê de Coordenação e Técnico, autoridades e parceiros	-	25 dias antes	Comitê de Coordenação, Comitê Técnico	
	Consulta Pública aos relatórios das atividades 1 e 2	Site da prefeitura	15 dias antes	Comitê de Coordenação	
	Seleção do local, data e horário	-	17 dias antes	Comitê de Coordenação e Técnico	
	Divulgação	Edital no site da prefeitura	15 dias antes	Comitê de Coordenação	





EVENTO	ATIVIDADES RELACIONADAS	INFRAESTRUTURA	PRAZO (em dias corridos)	RESPONSÁVEIS	
		Publicação no Diário Oficial do Estado	15 dias antes	Coordenador do Comitê de Coordenação	
		E-mail para integrantes do Comitê de Coordenação e Técnico, autoridades e parceiros	16 dias antes	Coordenador do Comitê de Coordenação	
	Materiais necessários	Computador	dia da Audiência Pública		Allevant
		Projeter multimídia			Allevant
		Registro fotográfico			Allevant
		Equipamentos de som			Comitê de Coordenação
	Disponibilização de recursos humanos	Sistema de som e gravação do áudio	-	-	Coordenador do Comitê de Coordenação
	Montar apresentação	-	10 dias antes	-	Allevant
	Apresentar	-	-	-	Allevant
	Lista de presença	-	-	-	Allevant
	Ata da Audiência Pública	-	-	-	Allevant
	Fazer ajustes solicitados aos relatórios para compor na versão final do PMSB	Compilação da ata da Audiência e da Consulta Pública	5 dias depois da Audiência	-	Allevant
Audiência Pública Apresentação das Atividades 3 e 4	Início dos preparativos para a AP com os integrantes do Comitê de Coordenação e Técnico, autoridades e parceiros	-	25 dias antes	Comitê de Coordenação, Comitê Técnico	
	Consulta Pública aos relatórios das atividades 3 e 4	Site da prefeitura	15 dias antes	Comitê de Coordenação	
	Seleção do local, data e horário	-	17 dias antes	Comitê de Coordenação e Comitê Técnico	
	Divulgação	Edital no site da prefeitura	15 dias antes	15 dias antes	Comitê Técnico
Publicação no Diário Oficial do Estado		15 dias antes	15 dias antes	Coordenador do Comitê de Coordenação	





EVENTO	ATIVIDADES RELACIONADAS	INFRAESTRUTURA	PRAZO (em dias corridos)	RESPONSÁVEIS
		Registro fotográfico	-	Allevant
		Equipamentos de som	-	Comitê de Coordenação
	Disponibilização de recursos humanos	Sistema de som e gravação do áudio	-	Comitê de Coordenação
	Montar apresentação	-	10 dias antes	Allevant
	Validação da apresentação	Apresentação digital	em até 5 dias	Comitê Técnico e Allevant
	Apresentar	-	-	Comitê Técnico e Allevant
	Lista de presença	-	-	Allevant
	Ata da conferência	-	-	Allevant
	Fazer ajustes ao relatório final	Compilação das informações da conferência	7 dias depois da conferência	Allevant
	Disponibilizar o relatório final	Site e sede da prefeitura	Até prazo final do PMSB	Comitê Técnico

4.5 Metodologia para Participação Social

4.5.1 Identificação dos atores sociais parceiros

A empresa Allevant identificará os atores sociais que poderão auxiliar na execução do presente Plano de Mobilização Social. O titular dos serviços de saneamento auxiliará na identificação de atores sociais para a formação do Comitê de Coordenação.

Recomenda-se que seja levantado pelo menos um agente parceiro que será responsável pelas seguintes atribuições:

- Mobilizar a comunidade/associação que representa para participar dos eventos previstos no PMS (reuniões, Audiência Pública e Consultas Públicas);
- Participar ativamente em todos os eventos previstos.

Outras atribuições poderão ser delegadas conforme demanda ao longo da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Entre os agentes sociais recomenda-se a indicação de assistentes sociais, agentes de saúde, líderes comunitários e agentes da educação, que participem também como membros do Comitê de Coordenação.





4.5.2 Entrevista de Percepção Ambiental

A percepção ambiental é definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem (FAGIONATO, 2007). Nesse sentido, de acordo com Rodrigues & Colesanti (2008), as práticas de educação ambiental têm se tornado mais intensas na tentativa de sensibilizar e informar as pessoas sobre a realidade ambiental, assim como mostrar e indicar o papel e a responsabilidade da sociedade sobre os fatos que ocorrem no meio ambiente. Conforme as autoras, a forma de investigação das questões ambientais sugere a necessidade de um enfoque interdisciplinar, envolvendo graus de intensidade diferentes em todas as disciplinas, levando à integração dos processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade e esferas de racionalidade. Portanto, segundo Leff (2001) *apud* Fraccaro (2011), a questão ambiental tem um caráter social, e deve ser trabalhada e investigada também pelas ciências humanas.

Assim, do conceito de percepção ambiental, como primeiro passo em um processo de conhecimento de uma realidade, visando apoiar outros aspectos teóricos e aplicações práticas (COIMBRA, 2004) foram elaborados, como instrumentos de pesquisa, questionários de percepção ambiental dos Ibateenses, enfocando-se nos quatro sistemas do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais). Como o município de Ibaté apresenta alto grau de urbanização (96,40%, conforme SEADE, 2016) e também possui extensa área rural, teve-se o cuidado de desenvolver dois questionários, sendo um direcionado à zona urbana (Apêndice A), e o outro à zona rural (Apêndice B), de acordo com as peculiaridades de cada região.

Segundo Aaker et al (2001), a construção de um questionário é considerada uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade. Ainda de acordo com os autores, fatores como bom senso e experiência do pesquisador podem evitar vários tipos de erros em questionários, como as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais, dada sua influência na amplitude de erros.

Assim, considerando-se o objetivo da pesquisa (abrange uma área geográfica mais ampla, obtendo-se um grande número de dados) e o tempo relativamente curto para a coleta das respostas, optou-se pelo método quantitativo, o qual se caracteriza pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento dos dados por meio de técnicas estatísticas. Dessa forma, utilizou-se a modalidade da entrevista estruturada a fim de que seja possível comparar o mesmo conjunto de perguntas (diferentes respostas refletem diferenças entre os respondentes e não diferenças entre as perguntas), sendo indispensável garantir que o contexto da entrevista e o teor das questões se mantenham inalterados em relação a todos os entrevistados. Também foram definidas perguntas, predominantemente fechadas, possibilitando que o processo de entrevista seja mais rápido, obtendo-se dados confiáveis e precisos, de fácil compilação e análise.





Segundo Lodi (1974) *apud* Lakatos (1996), tem-se que as entrevistas estruturadas são elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela em que as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas. O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferença nas perguntas. Conforme Boni & Quaresma (2005), algumas das principais vantagens de um questionário é que nem sempre é necessária a presença do pesquisador para que o informante responda às questões. Além disso, o questionário consegue atingir várias pessoas ao mesmo tempo obtendo um grande número de dados, podendo abranger uma área geográfica mais ampla se for este o objetivo da pesquisa. Garante também maior liberdade das respostas em razão do anonimato, evitando vieses potenciais do entrevistador.

Para a definição do número de questionários a serem aplicados, considerou-se a tabela de H. Arkin e R. Colton (Quadro 9):





Quadro 9 - Universo amostral em relação à população. (Adaptado de H. Arkin e R. Colton, Tables for Statisticians)

Tamanho da população	Margem de erro desejada					
	1%	2%	3%	4%	5%	10%
< 1000					222	83
1000				385	286	91
1500			638	441	316	94
2000			714	476	333	95
2500		1250	769	500	345	96
3000		1364	811	517	353	97
3500		1458	843	530	359	97
4000		1538	870	541	364	98
4500		1607	891	549	367	98
5000		1667	909	566	370	98
6000		1765	938	574	375	98
7000		1842	949	579	378	99
8000		1905	976	584	381	99
9000		1957	989	592	383	99
10000	5000	2000	1000	600	383	99
15000	6000	2143	1034	606	390	99
20000	6667	2222	1053	606	392	100
25000	7143	2273	1064	610	394	100
50000	8333	2381	1087	617	397	100
100000	9091	2439	1099	621	398	100
> 100000	10000	2500	1111	625	400	100

Segundo a tabela construída por H. Arkin e R. Colton, tem-se uma relação entre o universo pesquisado e o número de questionários a serem aplicados. Esta relação está sujeita a uma margem de erro que pode ocorrer na pesquisa. Assim, quanto maior o número de questionários aplicados, menor será a margem de erro.

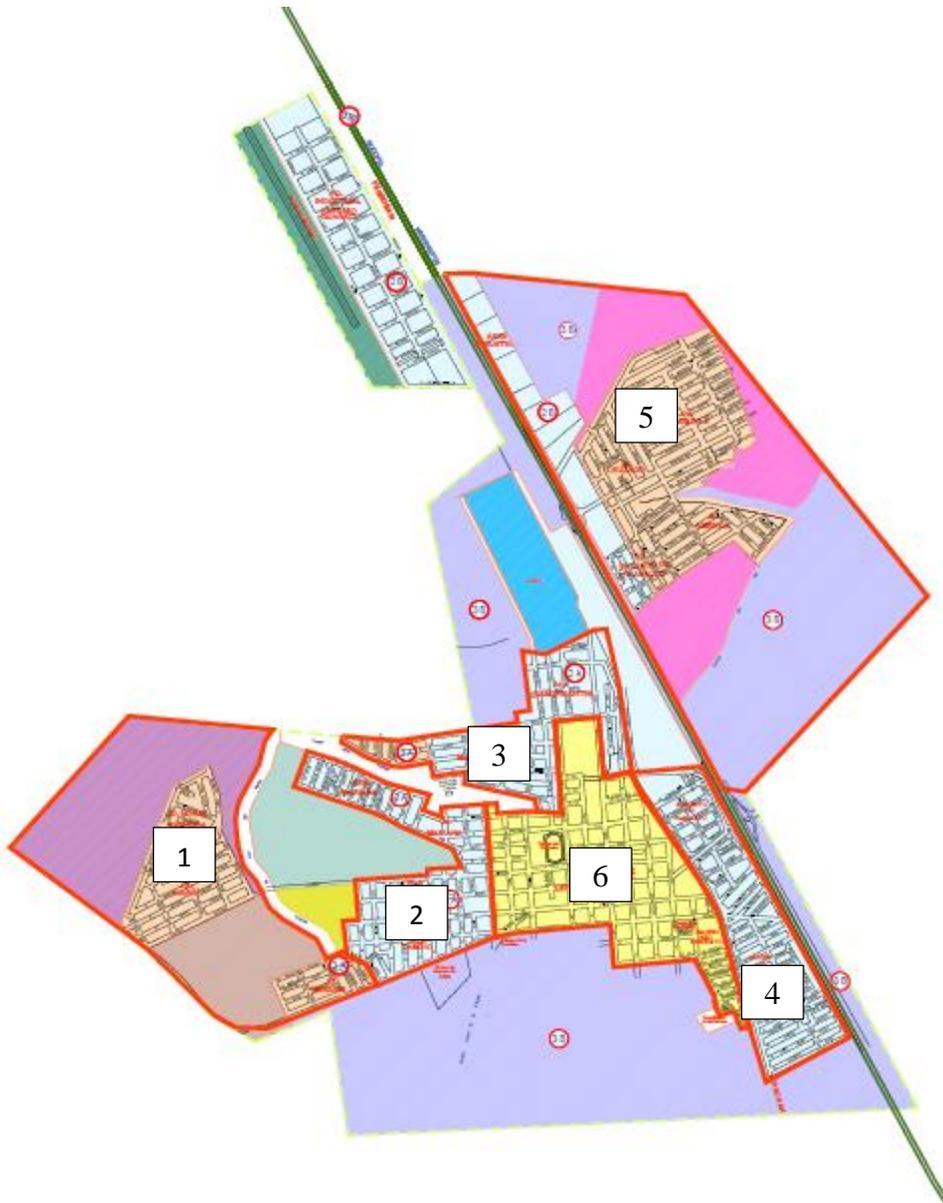
Definiu-se, para a população atual de Ibaté (33.192 habitantes, segundo estimativa para 2016 da Fundação SEADE), um espaço amostral composto por 100 pessoas – segundo uma margem de erro de 10% - distribuídas em 6 regiões dentro do município. Foi adotada esta margem de erro para que o número total de questionários a serem aplicados seja viável. Essas regiões tiveram suas fronteiras orientadas pelo zoneamento constante do Plano Diretor, tendo-se procurado delimitá-las segundo características similares de ocupação do solo. Na Figura 9 são apresentadas essas regiões, segundo caracterização a seguir:

- Região 1: área composta pela zona 3A, AEI 2 e AEI 3;
- Região 2: área composta pela zona 2A;
- Região 3: área composta pelas zonas 2A e 3A;
- Região 4: área composta pela zona 2A;
- Região 5: área composta pelas zonas 3A, 2B e 3B;
- Região 6: área composta pela Zona 1.



A região de agricultura familiar (zona 6 do Anexo 4 do Plano Diretor de Ibaté) não está contemplada no mapa a seguir, todavia será analisada segundo questionário elaborado para área rural.

Figura 9 - Divisão de Ibaté em regiões de entrevista



A metodologia apresentada acima e os resultados da aplicação dos questionários serão apresentados em maiores detalhes no Produto 2 (Diagnóstico).





4.5.3 Convocação para Reuniões

Recomenda-se que a convocação para todos os eventos detalhados neste PMS seja de responsabilidade do coordenador do Comitê de Coordenação.

Esta convocação será realizada com antecedência mínima de 15 dias corridos, por meio de edital contendo data, horário, forma de disponibilização do material para consulta e local da Audiência. O edital poderá ser encontrado no site de Prefeitura e sua publicação será informada no Diário Oficial do Estado. Além disso, o edital também será enviado, por meio de convite digital, via e-mail, a todos os integrantes do Comitê de Coordenação e Técnico, autoridades locais e atores sociais parceiros.

4.5.4 Seleção dos Locais, Datas e Horários

A seleção dos locais, datas e horários dos eventos previamente mencionados (reunião preliminar, Audiências Públicas) ocorrerá de forma estratégica para garantir requisitos de espaço físico, acessibilidade e acomodação dos participantes.

O agendamento junto aos responsáveis pelo local ficará a cargo do Comitê de Coordenação, com consentimento da empresa contratada. Este agendamento deve se dar com um prazo mínimo de:

- 2 (dois) dias úteis para a reunião inicial e reuniões ordinárias;
- 15 (quinze) dias corridos para as Audiências Públicas (eventos de apresentação do PMSB, diagnóstico, prognóstico e programas, projetos e ações)

4.5.5 Estratégias de Comunicação e Divulgação

Como parte do Plano de Mobilização Social (PMS), cabe à Allevant a elaboração das estratégias de comunicação e divulgação para cada atividade e/ou evento. O objetivo desse Plano é traçar as diretrizes de comunicação e divulgação de Reuniões, Audiências Públicas e Consultas Públicas.

O Comitê de Coordenação será responsável pela aprovação das estratégias aqui previstas, cabendo também a este grupo a elaboração, emissão e entrega dos documentos de divulgação.

Entendendo-se como documento de divulgação panfletos, textos de divulgação em site, cartazes e afins, cabe à Allevant em cada período de divulgação:





- A elaboração de uma minuta com os principais pontos a serem tratados no Documento de Divulgação, que servirá de base para a elaboração, pelo Comitê de Coordenação, dos materiais de divulgação;
- A definição do público-alvo e da quantidade de material a ser produzida;
- O detalhamento das informações para acessar o site da Prefeitura, onde estará disponibilizado o material para consulta prévia.

Propõe-se que, durante todo o período de desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, sejam veiculadas mensagens alusivas aos eventos do PMSB mês a mês no site da Prefeitura e em sites de redes sociais de grande repercussão do município. Nessas mensagens, sugere-se constar o e-mail disponibilizado no site da Prefeitura para fins de participação pública, e informar que estarão disponíveis nesse site os Relatórios de Participação a serem elaborados após os eventos previstos nesse PMS.

Além disso, sugere-se que, sempre que oportuno, possam ser entregues documentos de divulgação do PMS e do PMSB, como panfletos e lembretes, juntamente às faturas de água e esgoto e carnês de IPTU por exemplo. Estes documentos também deverão ser encaminhados aos líderes comunitários como os de igrejas e organizações de grande repercussão, de forma que providenciem a distribuição em suas respectivas áreas de atuação.

Os informes via rádio antes da realização das Audiências Públicas também podem ser instrumentos eficazes para maior participação social.

Após a consolidação do PMSB, indica-se a elaboração de folders informativos que devem ser entregues à população a fim de se proporcionar maior visibilidade e facilitar a obtenção de informações.

A divulgação em mídia deverá ser efetuada pela Prefeitura, baseada em material previamente elaborado pela empresa consultora, Allevant, com suporte do Comitê de Coordenação.





5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G.; LEONE, R. Marketing Research. 7a Ed. New York: John Wiley & Sons, 2001.

ARKIN, H; COLTON, R. **Tables for Statisticians**. Nova York: Barnes & Noble. 152p, 1950.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC. V. 2 n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68 – 80.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Política e plano municipal de saneamento básico: convênio Funasa/Assemae. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico**. 2ª Edição. Brasília, 2011.

COIMBRA, J. A. A. Linguagem e percepção ambiental. In: Curso de Gestão Ambiental. Barueri: Manole, 2004.

FAGIONATO, S. O que tem a ver percepção ambiental com a educação ambiental? São Paulo, Mar. 2007.

FRACCARO, L. C. Z. Percepção ambiental e uso de recursos naturais: a população rural de Ipeúna, SP. 2011. 126p. Dissertação de Mestrado, Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo (USP). Piracicaba. 2011.

Fundação SEADE. População, por sexo e situação do domicílio. 2016. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>>. Acesso em 25/11/2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 494p.

RODRIGUES, G. S. S. C.; COLESANTI, M. T. M. Educação ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação. Uberlândia, v. 20, n. 1, junho. 2008.





APÊNDICES







Apêndice A – Integrantes do Comitê de Coordenação e do Comitê Técnico







COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Coordenador

Luis Marino da Silva

Representante da Câmara Municipal

Suplente

Fábio Gomes

Representante da Sociedade Civil

Membros

Antônio Wagner Aprea

Representante da Câmara Municipal

Célia Regina Heck de Oliveira

Representante da Câmara Municipal

Maria Aparecido Jorge

Representante do Conselho Municipal de Saúde

Gonçalo Barrante de Souza

Representante do Conselho Municipal de Saúde

Antônio Carlos Esse

Representante do Conselho Municipal de Educação

Andréa Samora Soares Falvo

Representante do Conselho Municipal de Educação

Alexandre Valentim da Silva

Representante da Sociedade Civil

José Augusto Vieira da Silva

Representante da Sociedade Civil





COMITÊ TÉCNICO

Coordenador

Sérgio Henrique de Souza Motta Engenheiro Civil

Membros

Everaldo Sérgio Trevisan	Engenheiro Civil
Ronaldo Peruzzi de Oliveira	Técnico em Química
Andressa Ferreira Lima	Engenheira Civil
Caroline Kimie Miyazaki	Engenheira Ambiental
Érica Kimimura Nishimura	Engenheira Ambiental
Lígia Lulai Ferreira	Engenheira Civil





Apêndice B – Relatórios da Reunião Inicial e das Audiências Públicas



